

## DIVINDADES INDÍGENAS NUMA ARA INÉDITA DE VISEU

Luís da Silva Fernandes  
Pedro Sobral Carvalho  
Nádia Figueira

### 1. UMA NOVA ARA VOTIVA E SEU CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Em Janeiro de 2009, foi encontrada uma nova ara votiva na cidade de Viseu (*Prouincia Lusitania*).<sup>1</sup> Com o presente texto, dá-se a conhecer o achado à comunidade científica, contextualizando resumidamente o achado e apresentando uma proposta preliminar de interpretação do texto.

A ara foi encontrada no âmbito de acompanhamento arqueológico da abertura de uma vala para colocação de tubagens, na Travessa da Misericórdia, referente à obra de instalação de um funicular, a cargo da ViseuPolis. Os trabalhos arqueológicos, da responsabilidade da empresa Arqueohoje, incluíram igualmente a escavação de uma vasta área imediatamente próxima que permitiu identificar e registar várias estruturas da Idade do Ferro e uma necrópole romana.

Assim, e em termos sucintos, esta ara foi achada na colina do morro da Sé, muito perto do que seria a acrópole da cidade romana. Efectivamente, o local de achado da ara encontra-se a cerca de 50 metros do *forum* que estaria situado no topo do morro. Este foi também o ambiente do povoado proto-histórico que antecedeu a urbe romana. Hoje temos registos arqueográficos que nos permitem definir o povoado pré-romano, como um importante centro populacional da II Idade do Ferro (séc. IV/III a. C.) com uma área de cerca de 6ha, um reduto defensivo caracterizado por um sistema de fossos abertos no substrato rochoso e um ambiente doméstico caracterizado por casas de pisos de argila, de planta circular, fornos e silos.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Viseu foi capital de *ciuitas*, pelo menos desde a época do Imperador Cláudio, como atestam diversos miliários e vestígios imponentes das muralhas, entre outros achados (cf. Alarcão 1989; Vaz 1997; Carvalho e Cheney 2007, 720-745).

<sup>2</sup> Os finais dos anos 90 do séc. XX foram um marco importantíssimo no estudo das origens da cidade de Viseu, pois correspondem ao período em que começaram a ser efectuadas intervenções arqueológicas de emergência e de salvamento de uma forma sistemática. Fruto deste investimento, podemos hoje ter uma imagem muito mais concreta do

## 2. COMENTÁRIO EPIGRÁFICO

A ara, em granito de grão fino e de grandes dimensões,<sup>3</sup> apresenta um elegante capitel com frontão triangular (à frente e atrás) e toros laterais; no topo foi escavado um fôculo circular central. Foi trabalhada nas quatro faces e ostenta moldura sob a cornija e na base. No momento da descoberta, o monumento sofreu algumas escoriações que danificaram parte do capitel (vide foto 1). Em termos gerais, é uma ara bem proporcionada, que revela um trabalho cuidado. Se em termos tipológicos, nomeadamente ao nível do capitel, é possível encontrar paralelos na região envolvente, já a execução é de qualidade superior à habitual.<sup>4</sup>

O campo epigráfico (50,5 x 29 cm) não foi delimitado. A paginação do texto tende a seguir o eixo de simetria. A gravação das letras é igualmente cuidada, pressentindo-se as linhas de pauta.<sup>5</sup> Na 1ª linha, a fractura da pedra afectou parcialmente o R final, tal como o O da 4ª linha, ainda assim perceptíveis. Os poucos nexos utilizados (linhas 3: EI, 4: IE; 7: AE) são também facilmente identificáveis. Os dados paleográficos permitem propor uma datação em torno de meados / 2ª metade do século I d.C., atendendo à forma dos G, M, A e R, por exemplo.

A leitura do texto não oferece dificuldades de maior (vide foto 2):

*Deibabor*  
*igo*  
*Dêibobor*  
*Vissâeigo*  
5 *bor*  
*Albinus*  
*Chaereâe*  
*f(i)lius*  
*v(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)*

Quanto à sua interpretação, este é um texto desafiante, que suscita diversas questões. Nesta fase do estudo, apresentamos propostas que, mais do que respostas, pretendem ser interrogações que colocamos à discussão.<sup>6</sup>

---

povoado da Idade do Ferro e da urbe romana que deu origem à cidade. Vide Carvalho e Valinho 2001, 37-64; Carvalho e Cheney 2007, 720-745.

<sup>3</sup> Indicam-se as medidas em centímetros – dimensões gerais: 101 x 43,5 x 35,5; Capitel: 27 x 43,5 x 35,5; Fuste: 50,5 x 29 x 21; Base: 23,5 x 43,5 x 35,5.

<sup>4</sup> Vide, por exemplo, *FE* 35, 159.2 (Repeses, Viseu); *FE* 16, 71 (Venda de Cavernães, Viseu: áru)la; *FE* 31, 140 (áru)la de Viseu?); *FE* 28, 129 (Fornos de Algodres); *RAP* 447 (Póvoa da Atalaia, Fundão), *RAP* 298 (Aldeia da Mata, Covilhã).

<sup>5</sup> Altura das letras: l. 1: 3,5; l. 2: 3,8; l. 3 (I = 3,8); l. 4: 3,5-4 (I = 4,2); l. 5: 3,5-3,6; l. 6: 3,5-3,6; l. 7: 3,6; l. 8: 3,6; l. 9: 4-4,5. Espaços interlineares: 1: 1,2-1,4; 2: 1,2; 3: 1,2-1,3; 4: 1,2-1,4; 5: 1,2; 6: 1-1,2; 7: 0,8-1; 8: 0,5; 9: 0,4; 10: 6-6,5.

<sup>6</sup> Aproveitamos a oportunidade para agradecer diversos contributos e sugestões para a interpretação do texto, proporcionados pelos Professores Jorge de Alarcão, José d'

As primeiras linhas registam as divindades invocadas na ara. Numa primeira leitura, destaca-se de imediato a repetição de um elemento *BOR* nas linhas 1, 3 e 5. Seria tentador identificar aí o elemento teonímico *Borigo* / *Borico*,<sup>7</sup> atendendo à sequência presente na transição da linha 1 para a linha 2: *BOR* / *IGO*. Nesse sentido, admitir-se-ia a presença, nas linhas 1 e 3, de dois elementos — *DEIBA* + *DEIBO* — correspondendo a formas indígenas equivalentes a *dea* / *deus* e, na linha 4, de *VISSAIEIGO* (referente a um *genius loci*?); a todos estaria associado *BORIGO* / *BOR(igo)*, eventualmente derivado de *Borus*.<sup>8</sup> Assim, a leitura interpretada dos teónimos seria a seguinte: *Deiba Bor(igo) / Deibo Bor(igo) / Vissaieigo / Bor(igo)*.

Na realidade, tal leitura suscita dúvidas. Diversos aspectos, internos e externos ao texto, concorrem para a busca de outras soluções.<sup>9</sup>

Em primeiro lugar, a aceitar a presença de *Borigo*, não se entende muito bem a necessidade de um hipotético corte na translineação (l. 1-2: *BOR/IGO*) ou da sua abreviatura na linha 5 (*BOR*). Em ambas as linhas há espaço suficiente para gravar por extenso o suposto teónimo. Aliás, o espaço disponível no campo epigráfico teria admitido um texto com 10 linhas, permitindo isolar numa só linha a eventual segunda menção de *Borigo* da linha 3 (*DEIBO BOR*). Note-se que estamos perante um texto gravado e ordenado com mestria. Por outro lado, não haveria concordância de género entre *Deiba* e *Borigo*, embora esse facto não seja inusitado em contextos indígenas.

Em termos externos, a procura de outros paralelos para o uso de formas indígenas equivalentes a *dea* / *deus* sugere igualmente uma interpretação alternativa. Os paralelos mais próximos ocorrem em dedicatórias de Trás-os-

---

Encarnação, Marc Mayer, Blanca María Prosper, F. Beltrán Lloris, C. Jordán, Amílcar Guerra e Ana Pinheiro, bem como pelo Dr. J. Cardim Ribeiro e pelo Eng.º Patrício Curado. Naturalmente, qualquer erro que subsista é da nossa inteira responsabilidade.

<sup>7</sup> Nesse caso, poderíamos estar perante um teónimo relacionável com o ilírio *\*bora*, ‘montanha’, ‘montanhês’, sendo mais um testemunho do culto paleohispânico aos elementos orográficos. Recorde-se, na região beirã, a ocorrência de *Maratis* (ou *Mars*?) *Borus*, numa ara de Monsanto (sobre a leitura, vide *RAP* 223; Ribeiro 2002, 359 e *HEp* 12, 623). A este respeito vide também Prósper 2003, 173 (*Borea* e *Laribus Buricis*).

<sup>8</sup> Uma das interpretações a considerar poderia ser a invocação de uma só divindade, nas suas acepções feminina e masculina, segundo a fórmula *si deus si dea* (vide Perea Yébenes 1998, 169).

<sup>9</sup> No Colóquio apresentamos a sugestão acima mencionada com algumas reservas, desde logo pela própria paginação do texto e pela ocorrência de uma invocação a *Deibabo Nemucelaicabo*. O debate que se seguiu à apresentação da ara (28/02/09) aprofundou essas reservas e, entre os diversos contributos, surgiu a hipótese de Blanca María Prósper no sentido de relacionar claramente a invocação documentada na ara ao latim *deabus et dibus*, sugerindo que estaríamos perante um dativo do plural, com ocorrência de um rotacismo final *-b<sup>h</sup>os* > *-bor*; assim, dever-se-ia considerar a leitura *deibabor* e *deibobor*. Embora a hipótese não tenha sido acolhida de forma unânime, optámos por segui-la na versão final do texto, aprofundando o estudo e apresentando sugestões relativas a aspectos não solucionados no decurso da discussão.

Montes e da província de Cáceres.<sup>10</sup> Recorde-se o voto de *Fuscinus Fusci f.* a *Deibabo Nemucelaicabo*, gravado numa ara reutilizada em Avelelas, Chaves (Vila Real).<sup>11</sup> Neste caso, teríamos uma forma feminina não latina, correspondente ao latim *Deabus*, ou seja, um dativo do plural em *-bus* de *\*deiwa-* ('deusa'); o epíteto associado manifesta também a mesma marca flexional não latina.<sup>12</sup> Uma outra dedicatória, em Santiago del Campo (Cáceres), regista *Dibubus Pinionesibus*, ou seja, um exemplo similar, desta vez correspondente ao latim *Dibus*.<sup>13</sup> Tais ocorrências constituiriam assim, como salientou Amílcar Guerra 2005, 795, exemplos de dativo do plural com uma desinência *\*-b<sup>h</sup>os*, igualmente atestado em outros contextos.<sup>14</sup>

A proximidade dos casos apontados com as formas documentadas na presente inscrição (*Deibabo / Deibabor* e *Dibubus / Deibobor*) sugere a possibilidade de estarmos perante dativos do plural indígenas, correspondentes às formas latinas *Deabus* e *Dibus*, com eles concordando também a forma do epíteto tópico *Vissaieigobor*. Desse modo, teríamos a seguinte leitura dos teónimos: *Deibabor / igo / Deibobor / Vissaieigo/bor* correspondentes a formas indígenas expectáveis — *Deibabos et Deibobos Vissaieigobos* —, e equivalentes a uma formulação latina do tipo *Deabus Diisque Vissaieicis*.

Por explicar restar-nos-ia a terminação em *-r* dos teónimos e a identificação do elemento *IGO* (1.2). Quanto ao primeiro aspecto, seguimos, como já foi referido, a sugestão de Blanca María Prósper quanto à possível ocorrência de um rotacismo na desinência final do dativo (*-b<sup>h</sup>os > -bor*). Este fenómeno que não era usual no latim, nem provavelmente nas línguas pré-romanas da Península, uma vez que o rotacismo acontece regra geral em sílabas mediais, não era contudo estranho ao indo-europeu, como pode verificar-se pelo exemplo do *umbro* e de alguns dialectos gregos.

Por outro lado, a presença de uma invocação de cariz indígena numa inscrição latina poderá querer indicar o recurso a uma fraseologia de

<sup>10</sup> Refira-se também uma provável invocação a uma *Deiba*, na Capela da Senhora da Granja (Idanha-a-Nova): *Cabur/ia Cat/uroni/a Deiba (uotum soluit)* (Curado 2007, 10-12).

<sup>11</sup> Cf. *RAP* 58 e Rodríguez Colmenero 1997, 122-123; seguimos a leitura proposta por C. Búa, em 1997 (vide Guerra 2005, 795 e n.1).

<sup>12</sup> A esse respeito, vide Guerra 2005, 795 e n. 1, citando C. Búa, e Guerra 2008, 132.

<sup>13</sup> A propósito das diversas propostas de leitura do texto, vide Guerra 2005, 794. Seguimos a leitura de Amílcar Guerra 2005, 794-795; 2008, 132.

<sup>14</sup> Documentam-se dativos do plural em *-bos* em celtibérico, enquanto os dativos em *-bo* são relacionáveis com o grupo céltico, derivando ambos, como o latino *-bus*, do indo-europeu *\*-b<sup>h</sup>o(s)*; neste contexto, atente-se, entre outros exemplos peninsulares, na invocação a *Matrubos* (Ágreda, Sória) ou no caso da invocação a *Lugubo Arquienubo* (Sober, Lugo), com versão latinizada na mesma região (*Lucoubu[s] Arquienu[s]*; Otero del Rey, Lugo). Vide Anderson 1985, 323; Marco Simón 1999, 483-484; Prósper 2001, 431; Beltrán *et alii* 2005, 917; Moralejo 2006, 195; Villar 2007, 435-441.

natureza formular, popular e decerto oral, o que explicaria a presença de formas menos habituais ou caídas em desuso.<sup>15</sup>

Um outro elemento estranho e sem paralelos conhecidos é o do elemento *igo*, para o qual colocamos a hipótese de se poder tratar de uma conjunção ou partícula copulativa, como em latim *et* ou *-que* (< \**k<sup>w</sup>e*), eventualmente derivada de uma forma indo-europeia paralela \**k<sup>(w)</sup>o*, ou \**ko*, que poderia, por um fenómeno de prótese, ter-se visto acrescido de um *-i* inicial.<sup>16</sup>

Se é certo que, em termos linguísticos, a pesquisa terá de ter continuidade (ou esperar por novas ocorrências epigráficas), parece-nos desde já possível entender a presente ara como uma dedicatória às divindades protectoras da urbe, eventualmente ligada primitivamente a uma entidade étnica de nome \**Vissaieici*.

Apela-se assim, de forma anónima e generalista, a todos os deuses e deusas que, desde tempos imemoriais, protegem aquele local e as populações aí residentes. Em tempos de adequação ao novo quadro político e religioso introduzido pelos Romanos, poder-se-ia pensar que esse anonimato propiciaria também uma certa ambiguidade, entre a protecção de divindades indígenas ancestrais e a protecção das divindades trazidas pelo Império, com as quais conviverão na urbe. Convém, todavia, relembrar a proposta de Perea Yébenes 1998, 171-174, segundo a qual as dedicatórias *diis deabusque*, por vezes associadas ao *genius loci*, estarão relacionadas com a harmonização de panteões nos territórios provinciais.<sup>17</sup>

As restantes linhas (1.6-9) contêm a identificação do dedicante (1.6-8) e a fórmula votiva final, em sigla (l. 9). O dedicante (*Albinus Chaereae f(ilius)*) apresenta uma estrutura onomástica de tipo peregrino. *Albinus*, utilizado nesse caso como nome único, é um *cognomen* latino (Kajanto 1982, 227), bastante popular nos estratos indígenas e que poderá ser

---

<sup>15</sup> Recorde-se a sugestão de José d'Encarnação a propósito do papel preponderante que “a linguagem falada, *popular*” poderá ter tido na grafia de teónimos pré-romanos, questionando-se se, nesse campo, “as *metamorfoses* por que passaram os nomes divinos”, nomeadamente a diversidade de grafias atestadas na epigrafia, não seriam “fruto da passagem a escrito de sons oralmente transmitidos” (Encarnação 1999, 406).

<sup>16</sup> Em língua celta está registada a copulativa \**k<sup>w</sup>e* > *-kue* (enclítica) a par de *uta* (forma documentada em Peñalba de Villastar; Beltrán Lloris *et alii* 2005, 914-915); contudo, o celtibérico regista também *ekue...ekue*, no qual podemos encontrar alguma similitude com o possível *igo/ico* da nossa inscrição. Vide P. de Bernardo Stempel 2008, 186-187. Quanto ao latim, tinha formas redobradas como *atque/acque*.

<sup>17</sup> A esse respeito, Perea Yébenes 1998, 172, apresenta o caso da *lex Ursonensis*, na qual a fórmula *diis deabusque* referir-se-á às divindades indígenas, como forma de proclamar concórdia e respeito relativamente às divindades locais da urbe e do território envolvente. A propósito, recorde-se a sugestão do Prof. José d'Encarnação, expressa oralmente no decurso do Colóquio de Lisboa, de que o monumento de Viseu seria uma ara fundacional. Todavia, o formulário da inscrição não parece fundamentar tal proposta, tanto mais que não há intervenção de instituições oficiais ou seus representantes e a fórmula votiva final aponta para um voto de carácter particular.

homófono de um antropónimo indígena;<sup>18</sup> nesse sentido se justificaria a sua especial ocorrência na Hispânia (Lefebvre 2001, 222-225), nomeadamente na *Prouincia Lusitania*, onde assume certo relevo nas Beiras (Navarro e Ramírez 2003, 78 e mapa 9).<sup>19</sup> No território da *ciuitas* de Viseu, regista-se *Albinus* como patronímico em Penalva do Castelo (*Fuscus Albini filio*) e em Viseu, o seu derivado, *Albinianus* (Vaz 1997, 262-263 e 266-267).

Se o nome e estrutura onomástica do dedicante sugerem um indígena da região envolvente, já o nome do pai pode apontar para alguém de outras paragens. Efectivamente, *Chaerea(s)* é um antropónimo de origem grega, pouco documentado no mundo romano e sem testemunhos conhecidos em território peninsular; está bem documentado na Península Itálica (*Aquinum*, *Canusium*, *Misenum*, *Ostia* e *Tolentinum*) e sobretudo em Roma, onde se destaca, na época imperial, como *cognomen* de um dos responsáveis pelo assassinato do Imperador Calígula (41 d.C.), o tribuno da Guarda Pretoriana *Cassius Chaerea*.<sup>20</sup>

A maioria dos indivíduos portadores do nome são claramente libertos ou escravos, registando-se diversos *incerti* e alguns cidadãos. Todavia, se a etimologia grega do nome nos poderia levar a pensar à partida numa eventual relação com estratos servis, a ocorrência do nome na estrutura onomástica de militares ao longo da época imperial, ainda que residual, permite pensar em outros enquadramentos sociais.<sup>21</sup>

Talvez deva ser equacionada a possibilidade de uma relação de *Albinus* com o meio castrense, nomeadamente as tropas auxiliares. Por um lado, ainda que com reservas, a análise dos portadores do *cognomen Chaerea* pode fazer-nos pensar nessa relação, no que respeita ao pai do dedicante. Por outro lado, o próprio *Albinus* poderá ter sido um militar pois, como salientou Perea Yébenes 1998, 175-177, a dedicatórias *diis deabusque* estão bem documentadas em ambiente militar, nomeadamente no que respeita a unidades auxiliares, quer colectivamente, quer individualmente.<sup>22</sup> Todavia, no caso de *Albinus*, sem qualquer outra informação adicional na pedra para além do nome, tais considerações são meras conjecturas.<sup>23</sup>

<sup>18</sup> Vide Palomar 1957, 27-28; Albertos 1966, 217; Untermann 1965, 47-48 e mapa 4.

<sup>19</sup> Note-se a predominância de *Albini* de condição peregrina no *conuentus Emeritensis*.

<sup>20</sup> Relativamente a *Chaerea(s)*, vide Solin 1982, 1297-1298; Schulze 1966, 354; *Chelotti et alii* 1990; Lörincz 1999, 52. Refira-se a ocorrência, ocasional, de algumas variantes (*Chaeraeas*, *Chaeria*, *Caerea*, *Caireas*) bem como o derivado *Chaerean(us)*.

<sup>21</sup> *Ti(berius) Claudius Chaerea*, *Legio I Adiutrix* (CIL XVI 8, *Latium et Campania*), da época de Galba; *L. Rufinius Chaerea*, *Classe Miseniensis* (CIL XVI 16, *Corsica*), no reinado de Vespasiano; *Septimius Chaerea*, *centurio legionis* (Gallego 1998; *Rhaetia*), século III (?).

<sup>22</sup> Note-se, na região envolvente, em Numão (Vila Nova de Foz Côa), a dedicatória de *Ti(berius) Claudius Sailcius, eq(ues) c(o)hor(tis) III Lusitanorum* aos *Dis Deabusq(ue) Coniumbric(ensium)*, igualmente com a fórmula *[u.] s. l. m.* (RAP 201).

<sup>23</sup> Registe-se a sugestão, prestada informalmente pelo Engº F. P. Curado, de que o patronímico *Chaerea* corresponderia, neste caso, a *Caerius*, *-a* / *Caerus*, antropónimos

De qualquer modo, a origem social e geográfica de *Albinus*, seja ela qual for, não afecta, no essencial, o significado religioso da dedicatória.

A fórmula votiva utilizada — *v(otum s(oluit) l(ibens) m(erito)* — é conhecida na epigrafia na região, embora não seja das mais frequentes.<sup>24</sup>

Assim, propõe-se a seguinte leitura interpretada e respectiva tradução:

*Deibabor / igo / Deibabor / Vissaieigo/bor / Albinus / Chaereae / f(ilius) / u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito).*

*Às deusas e deuses viseicos. Albino, filho de Quéreas, cumpriu o voto de bom grado e merecidamente.*

### 3. O NOME DE VISEU

O texto analisado contribui ainda para o esclarecimento da questão do nome antigo de Viseu. Efectivamente, a partir da leitura do epíteto tópico utilizado (*Vissaieigobor*) é possível inferir uma forma primitiva \**Vissaium* (até hoje não encontrada em fonte escrita) da qual terá derivado o actual nome de Viseu.

Durante um largo período de tempo, diversos investigadores discutiram a questão das origens remotas do nome de Viseu, nem sempre com grande rigor, como já referia o historiador Maximiano de Aragão 1894, 25-34. Na realidade, a mais antiga referência escrita remontava ao século VI, sob a forma *Viseo*, no *Paroquial Suévico*.<sup>25</sup> No século seguinte, a amoedação visigótica, na qual perduram topónimos pré-romanos, documenta *Veseo* (Guerra 1999, 426). Nestes dois séculos, as actas de diversos Concílios oscilam entre as formas *Veseo* / *Beseo* e *Biseo*: 572 (II Concílio de Braga): *Bisensis ecclesiae episcopus*; 589 (III Concílio de Toledo): *civitatis Vesensis episcopus*; 681 (XII Concílio de Toledo): *Besensis ecclesiae episcopus*; 693 (XVI Concílio de Toledo): *Vesensis episcopus* (vide Ribeiro 1989, 137-138, n. 7). A documentação posterior vai registar a forma *Viseo*, surgindo *Viseu* em registos do século XII (Machado, 1984, 1482).

Ora, os achados arqueológicos de Viseu e região envolvente e o estudo da geografia política romana no território das Beiras, levaram Jorge de Alarcão a assumir uma certa importância para a cidade, na época romana: teria sido capital de um vasto território — os dos *Interannienses* —, e o seu nome poderia ter sido *Interannie(n)sia* (vide Alarcão 1989, 16-19). Esta última hipótese levantava algumas dúvidas ao próprio autor, pois ficaria por

---

atestados em ambiente indígena no *conuentus Emeritensis* (Navarro e Ramírez 2003, 126), hipótese que, embora tentadora, não seguimos.

<sup>24</sup> Vide, por exemplo, *RAP* 15 (Chão do Touro, Idanha-a-Nova), *RAP* 36 (Lourosa, Oliveira do Hospital), *RAP* 197 (Fundão), *RAP* 201 (Numão, Vila Nova de Foz Côa), *RAP* 291 (Monsanto, Idanha-a-Nova), *RAP* 380 (Mortágua), *RAP* 390 (Chão de Cachopas, Idanha-a-Nova), *RAP* 446 (Fundão), bem como o registo de variantes — *a.l.m.v.s.* (Castro dos Três Rios, Tondela; Vaz 1997, 219, n.º 32).

<sup>25</sup> Vide Fernandes 1997, 84; Alarcão 2001, 50; Guerra 1999, 426.

explicar o total desaparecimento desse hipotético topónimo logo na documentação do século VI (Alarcão 1989, 19).

Realmente, diversos autores procuraram hipóteses alternativas: António Faria rejeitou a eventual existência do topónimo *Interanniesia*, aceitando *\*Veseum* (Faria 1989, 62); João Vaz sugeriu uma aproximação com o teónimo *Besencla*, registado numa ara de Canas de Senhorim, admitindo um topónimo *\*Beseo* ou *\*Veseo* (Vaz 1997, 348); Cardim Ribeiro relacionou o topónimo com o teónimo *Vaseco* (Ribeiro 1989, 137); Luís Coelho salientou a possível relação com o radical do etnónimo *Visancor(um)*, registado numa inscrição de Penela da Beira (Coelho 1991, 542-543).

Em 1999, Amílcar Guerra considerou que a aproximação de *Viseu* com *Vaseco* ou com *Visancorum*, ainda que linguisticamente possíveis, devia ser encarada com reserva (Guerra 1999, 426-427). De qualquer modo, salientou que a origem pré-romana do topónimo *Viseu* era facto aceite, embora sem prova documental anterior ao século VI (Guerra 1999, 426-427).

Recentemente, Jorge de Alarcão (2005, 125), embora continue a considerar que os *Interannienses* tinham por capital *Viseu*, abandonou a sua proposta de que o nome da cidade pudesse ser *Interanniensia*, sugerindo que o nome da cidade romana de *Viseu* na época romana não seria muito diferente do actual e ter-se-ia mantido na época suévica.

O achado da ara dedicada *às deusas e deuses viseeicos* vem contribuir decisivamente para a solução do problema, permitindo reconstituir um topónimo pré-romano, cuja evolução se poderá ter processado da seguinte forma: *\*Vissaium* > *\*Vis(s)eum* > *Viseo* > *Viseu*.

#### 4. CONCLUSÃO

A ara pode ser datada de meados / 2ª metade do século I d.C., pela análise paleográfica, sendo assim um dos mais antigos monumentos epigráficos de *Viseu*.

Embora apresente grafia latina, a interpretação dos teónimos aí gravados só pode ser concretizada através do confronto com outras realidades similares de cariz paleo-hispânico, já que se trata de mais um exemplo da ocorrência de marcas flexionais não latinas na invocação de entidades religiosas.

O seu estudo preliminar leva-nos a sugerir que a ara materializa um voto às deusas e deuses *viseeicos*, sendo o seu dedicante alguém abastado, a julgar pela qualidade e imponência do monumento.

Em termos locais, a ara assume especial importância, não só para o conhecimento do panorama religioso da região de *Viseu* mas também para a identificação do nome pré-romano da *ciuitas* sediada em *Viseu*, que poderia ser *\*Vissaium*.

O monumento que ora apresentamos constitui, pois, um testemunho relevante para os estudos paleo-hispânicos, proporcionando mais um

documento privilegiado do processo de harmonização de tradições culturais entre indígenas e Romanos, nos territórios provinciais.

## BIBLIOGRAFIA

- AE: L' Année Épigraphique*, Paris.
- Alarcão 1989: J. de Alarcão, *A Cidade Romana de Viseu*, Viseu 1989.
- Alarcão 2001: J. de Alarcão, “As paróquias suélicas do território actualmente português”, en: F. Villar y M<sup>a</sup> P. Fernández (eds.), *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania. VIII CLCP*, Salamanca 2001, 29-59.
- Alarcão 2005: J. de Alarcão, “Ainda sobre a localização dos povos referidos na inscrição da ponte de Alcântara”, in: *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2<sup>as</sup> Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda 2005, 119-132.
- Albertos 1966: M. L. Albertos Firmat, *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania. Tarraconense y Betica*, Salamanca 1966.
- Anderson 1985: J. M. Anderson, “Preroman indo-european languages of the Hispanic peninsula”, *REA* 87.3-4, 1985, 319-326.
- Beltrán *et alii* 2005: F. Beltrán Lloris; C. Jordán Cólera; F. Marco Simón, “Novidades epigráficas en Peñalba de Villastar (Teruel)”, en: F. Beltrán, C. Jordán y J. Velaza (eds.), *Acta Palaeohispanica IX (= PalHisp 5)*, Zaragoza 2005, 911-956.
- Búa 1997: C. Búa, “Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispânica”, *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego*, I. *Historia*, Santiago de Compostela 1997, 51-99 (não consultado).
- Carvalho e Valinho 2001: P. Sobral de Carvalho e A. T. S. Valinho, “Arqueologia urbana em Viseu. Primeiros resultados”, *Conimbriga* 40, 2001, 37-64.
- Carvalho e Cheney 2007: P. Sobral de Carvalho, A. de Cheney, “A muralha romana de Viseu: a descoberta arqueológica”, *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como Paradigma*, Lugo 2007, 720-745.
- Chelotti *et alii* 1990: M. Chelotti, R. Gaeta, V. Morizio, M. Silvestrini, *Le Epigrafi Romane di Canosa*, I, Bari 1990.
- CIL: Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim.
- Coelho 1991: L. Coelho, “Recensão bibliográfica de Jorge de Alarcão, *A Cidade Romana de Viseu*. Viseu, Câmara Municipal, 1989. 57 pp., il. Estudos Viseenses, 1.”, *Euphrosyne* 19, 1991, 542-543.
- Curado 2007: F. P. Curado, “Epigrafia das Beiras (Notas e Correções – 2)”, *Eburobriga* 5, 2007, 121-148.
- De Bernardo 2008: P. de Bernardo Stempel, “CIB. *To Luguei* ‘hacia *Lugus*’ frente a *Luguei* ‘para *Lugus*’: sintaxis y divinidades en Peñalba de Villastar”, *Em* 76.2, 2008, 181-196.

- Encarnação 1999: J. d'Encarnação, "Notas sobre teonímia pré-romana", en: F. Villar y F. Beltrán (eds.), *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana. VII CLCP*, Salamanca 1999, 405-407.
- Faria 1989: A. Faria, "Sobre a presença romana no actual território português. Apostilhas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão", *Conimbriga* 28, 1989, 53-69.
- Fernandes 1997: A. A. Fernandes, *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, 1997.
- FE: *Ficheiro Epigráfico* (suplemento de *Conimbriga*), Coimbra.
- Gallego 1998: M<sup>a</sup> del H. Gallego Franco, *Las Estructuras Sociales del Imperio Romano: Las Provincias de Rhaetia, Noricum, Pannonia Superior e Inferior*, Valladolid, 1998.
- Guerra 1999: A. Guerra, "Nomes de cecas visigodas no Noroeste Peninsular e toponímia pré-romana", in: R. M. S. Centeno, M. P. García Bellido y G. Mora (coords.), *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania*, Madrid 1999, 426-427.
- Guerra 2005: A. Guerra, "Povos, cultura e língua no Ocidente Peninsular: uma perspectiva, a partir da Toponomástica", en: F. Beltrán, C. Jordán y J. Velaza (eds.), *Acta Palaeohispanica IX* (= *PalHisp* 5), Zaragoza 2005, 793-822.
- Guerra 2008: A. Guerra, "Algumas questões relativas à identificação e enumeração das divindades pré-romanas do Ocidente Peninsular", in: J. d'Encarnação (coord.), *Divindades Indígenas em Análise. Actas do VII Workshop FERCAN*, Coimbra - Porto 2008, 125-143.
- Lefebvre 2001: S. Lefebvre, "*Q. (Lucceius Albinus), flamen Provinciae Lusitaniae?* L'origine sociale des flamines provinciaux de Lusitanie", in: M. Navarro Caballero, S. Demougin (eds.), *Élites Hispaniques*, Bordeaux 2001, 217-239.
- Lörincz 1999: B. Lörincz, *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum*, vol. II: *Cabalicius-Ixus*, Wien 1999.
- Machado 1984: J. P. Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3<sup>o</sup> vol., Lisboa 1984.
- Marco 1999: F. Marco Simón, "*Deis Equeunu(bo)*", en: F. Villar y F. Beltrán (eds.), *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana. VII CLCP*, Salamanca 1999, 481-497.
- Moralejo 2006: J. J. Moralejo, "Documentación prelatina en Gallaecia", in: R. Álvarez, F. Dubert, X. Sousa (eds.), *Lingua e Territorio*, Santiago de Compostela 2006, 191-234.
- Navarro e Ramírez 2003: M. Navarro Caballero e J. L. Ramírez Sábada (coords.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida-Burdeos, 2003.
- Palomar 1957: M. Palomar Lapesa, *La Onomastica Personal Pre-Latina de la Antigua Lusitania*, Salamanca 1957.
- Perea 1998: S. Perea Yébenes, "Las fórmulas epigráficas *deus, deaue, si deus si dea* y *diis deabusque*", *Veleia* 15, 1998, 167-180.

- Prósper 2002: B. M<sup>a</sup>. Prósper, *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca 2002.
- RAP: J. M. Garcia, *Religiões Antigas de Portugal. Fontes Epigráficas*, Lisboa 1991.
- Ribeiro 1989: J. Cardim Ribeiro, “O teónimo *Vasegus*”, *Conimbriga* 28, 1989, 121-156.
- Ribeiro 2002: J. Cardim Ribeiro, “Árula consagrada a \**Maratis Borus* (ou *Mars Borus*), por L.C.O.”, in: J. Cardim Ribeiro (coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa 2002, 359.
- Rodríguez 1997: A. Rodríguez Colmenero, *Aquae Flaviae, I. Fontes Epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*, Chaves 1997.
- Solin 1982: *Die Griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, III, Berlin-New York, 1982.
- Schulze 1966: W. Schulze, *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlin-Zürich-Dublin 1966.
- Untermann 1965: J. Untermann, *Elementos de Un Atlas Antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid 1965.
- Vaz 1997: J. L. I. Vaz, *A Civitas de Viseu (Espaço e Sociedade)*, 2 vols., Coimbra 1997.
- Villar 2007: F. Villar, “El Celta de la Península Ibérica”, in P.-Y. Lambert e G.-J. Pinault (eds.), *Gaulois et Celtique Continental*, Paris 2007, 413-441.

*Luis da Silva Fernandes*

*UCP - Viseu*

*e-mail: silvafernandes.luis@gmail.com*

*Pedro Sobral Carvalho*

*Arqueohoje*

*e-mail: arqueohoje@mail.telepac.pt*

*Nádia Figueira*

*Arqueohoje*

*e-mail: arqueohoje@mail.telepac.pt*



Foto 1.



Foto 2.